

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em milhares de reais, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Central ES completou 28 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para organizar o sistema estadual, desenvolvendo suas principais atividades que são: controle da liquidez, auditoria interna e controles internos, desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, controladoria contábil e fiscal e ações coordenadas de marketing, bem como o fomento de mercado, através dos produtos e serviços disponibilizados aos associados. Atua como o alicerce de suas Singulares para a obtenção de escala nas operações, consequentemente, redução de custos e resultados financeiros que garantem a expansão do sistema. O Sicoob Central ES não objetiva prioritariamente o alcance de resultados positivos, sendo seu orçamento custeado por suas Filiais.

Sempre voltada ao desempenho do sistema estadual, o plano de metas e o gerenciamento da eficiência administrativa, desenvolvendo e coordenados pelo Sicoob Central ES, impulsiona as Singulares na obtenção dos resultados projetados.

O Sicoob Central ES auxilia os Conselhos de Administração das Singulares no estabelecimento de estratégias para o fortalecimento do movimento cooperativo de crédito no ES e demais Estados com atuação.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

	Jan a Dez/2017	%	Jan a Dez/2016	p.p	Varição
ROE/ROA					
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	9,50		8,61		0,89
Retorno sobre Ativo Médio – anualizado	0,42		0,51		-0,09
2.2) Resultado					

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%	Varição
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016		
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	8.686	11.065		- 21,50
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	488	(349)		(239,83)
Receitas com Ato Não Cooperativo	468	367		27,52
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	22.382	23.262		-3,78
Despesas Tributárias	127	126		0,79
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	23.566	17.111		37,72
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	88		-100,00
Sobra líquida	8.437	5.054		66,94

2.3) Dados Patrimoniais

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$		%	Varição
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016		
Ativos Totais	2.694.998	1.964.144		37,21
Aplicações Financeiras de Liquidez	1.547.857	1.117.033		38,57
Títulos e Valores Mobiliários	839.769	606.039		38,57
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	2.285.438	1.567.376		45,81
Patrimônio Líquido	115.842	107.127		8,14
Patrimônio de Referência (PR)	86.882	89.088		- 2,48

Os destaques para o crescimento da Cooperativa em 2017:

O total de ativos atingiu R\$ 2.694.998 mil em 31 de dezembro de 2017, com crescimento de 37,21% em relação

Balanço Patrimonial (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		2.198.868	1.450.086
Disponibilidades	4	87	69
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.504.781	1.023.282
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.504.781	1.023.282
Títulos e Valores Mobiliários	6	532.878	297.867
Carteira Própria		479.179	297.867
Vinculados à Prestação de Garantias		53.699	-
Relações Interfinanceiras	7	115.515	84.555
Repasse Interfinanceiros		116.097	84.859
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		(582)	(304)
Operações de Crédito	8	43.072	42.408
Empréstimos e Títulos Descontados		43.300	42.600
(-) Provisão para Operações de Crédito		(228)	(192)
Outros Créditos	9.1	1.746	776
Rendas a Receber		18	503
Diversos		1.728	273
Outros Valores e Bens	10	789	1.129
Outros Valores e Bens		956	912
(-) Prov. Para Dev. De Outros Valores e Bens		(814)	(814)
Despesas Antecipadas		647	1.031
Não Circulante		496.130	514.058
Realizável a Longo Prazo	5	420.165	446.482
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		43.076	93.751
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		43.076	93.751
Títulos e Valores Mobiliários	6	306.891	308.172
Carteira Própria		74.679	99.849
Vinculados à Prestação de Garantias		232.212	208.323
Relações Interfinanceiras	7	69.080	43.559
Repasse Interfinanceiros		69.428	43.733
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		(348)	(174)
Outros Créditos	9.2	1.118	1.000
Diversos		1.118	1.000
Permanente		75.965	67.576
Investimentos	11	60.951	51.847
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		47.588	40.508
Participações em Cooperativa exeto Coop. Central de Crédito		12.855	10.844
Participações em empresa controlada Coop. Central de Crédito		508	495
Imobilizado de Uso	12	14.825	15.461
Imobilizado de Uso		16.145	16.145
Outras Imobilizações de Uso		2.182	2.104
(-) Depreciações Acumuladas		(3.502)	(2.788)
Intangível	13	189	268
Softwares e Direitos de uso		598	597
(-) Amortização Acumulada		(409)	(329)
TOTAL		2.694.998	1.964.144

PASSIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		2.508.646	1.804.754
Depósitos	14	27.208	99.876
Depósito a Prazo		27.208	99.876
Relações Interfinanceiras	15	2.285.438	1.567.376
Centralização Financeira - Cooperativas		2.285.438	1.567.376
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	143.558	77.384
Outras Instituições		143.558	77.384
Outras Obrigações	52.442	60.118	
Sociais e Estatutárias		17	3.012
Fiscais e Previdenciárias		18,1	398
Diversas		18,2	49.032
Não Circulante		70.510	52.263
Exigível a Longo Prazo		69.429	51.220
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16	69.429	51.220
Empréstimo no País - Outras Instituições		69.429	51.220
Outras Obrigações	1.081	1.043	
Diversas		18,3	1.081
Patrimônio Líquido	20	115.842	107.127
Capital Social		87.542	86.419
De Domiciliados no País		87.542	86.673
(-) Capital a Realizar		-	(254)
Reserva de Capital		-	-
Reserva de Sobras		20(b)	21.507
Sobras Acumuladas		20(c)	6.793
TOTAL		2.694.998	1.964.144

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez, atingiu R\$ 1.547.857 mil, com crescimento de 38,57% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 839.769 mil, com crescimento de 37,57% em relação a 31 de dezembro de 2017.

O saldo da Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas obtiveram um aumento de 45,81% considerando o mesmo período de 2016, atingindo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 2.285.438 mil.

O patrimônio líquido acrescido 8,14% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 115.842 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto

Recursos repassados as Coop. Filiadas	31/12/2017		31/12/2016		Variação	
	Total	Total	Valor Total	% Total	Valor Total	% Total
Repasse Interfinanceiros – Credito Rural	185.525	128.592	56.933	44,27%		
Empréstimos - Rotativo	43.300	42.600	700	1,64%		
Total	228.825	171.192	57.633	33,67%		

3. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As Cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Leste Capixaba, Sicoob Centro Serrano, Sicoob Norte, Sicoob Sul Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Credestiva.

Coop. Singulares	31/12/2017			31/12/2016			Variação %		
	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Líquidas	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Líquidas	Ativo Total	Patr. Líquido	Sobras Líquid.
Sicoob Sul Litorâneo	307.146	67.541	8.423	265.745	60.001	4.190	15,58	12,57	101,03
Sicoob Sul	975.552	235.032	38.027	847.383	207.940	20.172	15,13	13,03	88,51
Sicoob Leste Capixaba	1.322.653	331.227	54.379	1.109.844	296.509	41.451	19,17	11,71	31,19
Sicoob Centro Serrano	781.499	128.608	17.482	668.374	117.160	8.443	16,93	9,77	107,06
Sicoob Norte	870.301	195.893	7.557	793.534	189.337	15.796	9,67	3,46	-52,16
Sicoob Sul Serrano	1.138.024	240.627	35.560	990.422	217.267	19.438	14,9	10,75	82,94
Sicoob Credirochas	491.011	79.286	8.018	398.379	71.541	9.474	23,25	10,83	-15,37
Sicoob Credestiva	15.385	10.976	615	12.273	10.096	572	25,36	8,72	7,52
Total	5.901.571	1.289.190	170.061	5.085.954	1.169.851	119.536	16,04	10,2	42,27

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no exercício de 2017:

Houve um aumento de 16,04% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do semestre o montante de R\$ 5.901.571 mil.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 10,2%, atingindo o montante de R\$ 1.289.190 mil.

As Sobras de 2017 do Sistema Sicoob ES foi de R\$ 170.061 mil.

4. Pessoas

Contávamos com 82 colaboradores no final do exercício de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Ingressos da Intermediação Financeira	Nota	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	23	8.656	17.402	18.815
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24	62.655	133.397	114.109
Result. de Op.com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	25	30.138	66.113	71.629
Dispêndios da Intermediação Financeira		(97.788)	(208.714)	(193.139)
Operações de Captação no Mercado	26	(1.455)	(5.075)	(13.535)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	27	(7.547)	(13.919)	(12.695)
Reverso/Provisão para Operações de Créditos	28	(162)	(488)	349
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	29	(88.624)	(189.232)	(167.258)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		3.661	8.198	11.414
Outros Ingr./Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		(2.406)	1.466	(5.063)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		297	468	366
Ingressos/receitas de Participações		-	-	-
Dispêndios/Despesas de Pessoal	30	(5.239)	(10.157)	(9.523)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	31	(3.909)	(8.057)	(7.613)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(76)	(127)	(126)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	32	8.288	23.507	17.959
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	33	(1.767)	(4.168)	(6.126)
Resultado Operacional		1.255	9.664	6.351
Resultado Não Operacional	34	11	59	(848)
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.266	9.723	5.503
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	-	-	(88)
Participações nos Resultados de Empregados		(190)	(417)	(361)
Sobras / Perdas antes das Destinações		1.076	9.306	5.054
Destinações legais e Estatutárias		-	(1.644)	(881)
F.A.T.E.S. - Ato não cooperativos			(445)	(145)
F.A.T.E.S. - Ato cooperativos			(400)	(245)
Reserva Legal			(799)	(491)
Resultado antes do Juros ao Capital		1.076	7.662	4.173
Juros ao Capital	22		(869)	
Sobras / Perdas Líquidas	20(d)	1.076	6.793	4.173

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Eventos	Nota	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acum.	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/15		81.708	-	13.023	7.112	101.843
Ajuste de Exercício Anterior						-
Dest. de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas				3.021	(3.021)	-
Ao Capital	4.091				(4.091)	-
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/						

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

3. Resumo das principais práticas contábeis
(a) Apuração das sobras ou perdas

As receitas e despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros. As receitas e despesas operacionais, são proporcionalizadas de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Disponibilidade, aplicações interfinanceiras de liquidez imediata, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

As disponibilidades, as aplicações interfinanceira de liquidez, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem depósitos bancários, títulos públicos federais, depósitos interfinanceiros e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez. A Circular do Banco Central do Brasil nº 3068, que trata a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros préfixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Banco Cooperativo do Brasil S.A, que são avaliados pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

(j) Depósitos

Composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou préfixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações préfixadas são calculadas de acordo com o prazo final das operações, tendo o valor futuro de remuneração apresentado em conta redutora, na data do demonstrativo contábil.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(n) Passivos contingentes

Não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a Cooperativa tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, ou são obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento da Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o CPC 25.

(o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa têm por diretriz.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

(q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

4. Disponibilidade

Corresponde a saldo em caixa e depósitos bancários, com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	43	38
Banco do Brasil S.A.	22	21
Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob	21	3
Banco Bradesco/HSBC	1	7
Total	87	69

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Bancoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações interfinanceiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		1.504.781	1.023.282
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.504.781	1.023.282
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	2.847	2.589
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	93% CDI	-	51.002
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	98% CDI	3.699	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	844	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	1.497.391	-
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	101% CDI	-	969.691

		43.076	93.751
Não circulante			
Aplicações em depósitos interfinanceiros		43.076	93.751
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	6.676	8.661
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	93% CDI	-	335
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	313	4.358
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	36.087	39.530
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	101% CDI	-	40.867
Total Geral		1.547.857	1.117.033

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 133.397 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 114.109).

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Bancoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Vencimento	Depósitos interfinanceiros	Total	Depósitos interfinanceiros	Total
Até 1 mês	76.540	76.540	23.006	23.006
De 1 a 3 meses	76.110	76.110	71.174	71.174
De 3 a 6 meses	333.360	333.360	196.456	196.456
De 6 a 12 meses	1.018.771	1.018.771	732.647	732.647
Total circulante	1.504.781	1.504.781	1.023.283	1.023.283
De 1 a 2 anos	29.564	29.564	52.922	52.922
De 2 a 3 anos	12.419	12.419	28.543	28.543
Acima de 3 anos	1.093	1.093	12.285	12.285
Total não circulante	43.076	43.076	93.750	93.750
Total Geral	1.547.857	1.547.857	1.117.033	1.117.033

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores Mobiliários	Índice	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		532.878	297.867
Títulos para negociação – carteira própria		532.878	297.867
Fundo de centralização	Pós Fixado	125.775	87.892
Fundo Institucional	Pós Fixado	229.595	137.560
Fundo HSBC DI Executivo	Pós Fixado	120	177
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria			
LFT - Administrado	SELIC	105.821	-
LF – Outros Bancos	CDI	17.868	72.238
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias			
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	53.699	-
Total		306.891	308.172
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria			
LFT – Administrado	SELIC	17.606	61.797
LF – Outros Bancos (b)	CDI	57.073	38.052
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias			
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	232.212	208.323
Total Geral		839.769	606.039

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 66.113 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 71.629).

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 16. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do exercício.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	Carteira própria	Vinc. à prest. de garantias	31/12/2017			31/12/2016
			Total	Carteira própria	Vinc. à prest. de garantias	Total
Sem vencimento	355.490	-	355.490	225.629	-	225.629
Até 1 mês	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 meses	28.491	19.357	47.848	9.045	-	9.045
De 3 a 6 meses	6.097	-	6.097	45.807	-	-
De 6 a 12 meses	89.101	34.342	123.443	17.387	-	17.387
Total circulante	479.179	53.699	532.878	297.868	-	297.868
De 1 a 2 anos	57.240	-	57.240	70.802	61.022	131.824
De 2 a 3 anos	1.661	89.734	91.395	27.208	-	27.208
Acima de 3 anos	15.777	142.478	158.256	1.838	147.301	149.139
Total não circulante	74.678	232.212	306.891	99.848	208.323	308.171
Total Geral	553.857	285.911	839.769	397.716	208.323	606.039

O aumento verificado no exercício decorre, principalmente, do aumento das captações envolvendo a centralização financeira (Nota 15).

7. Relações interfinanceiras

Trata-se de recurso do Funcef contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiais.

(a) Composição do saldo por vencimento e nível de risco:

Vencimento	Risco	31/12/2017	Percentual	Provisão 31/12/2017	31/12/2017		31/12/2016
					Valor líquido 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2016	
Curto Prazo	AA	-	0,0%	-	-	-	24.200
	A	115.733	0,5%	579	115.154	60.121	
	B	364	1,0%	3	361	234	
		116.097		582	115.515	84.555	

O aumento verificado no exercício decorre, principalmente, do aumento das captações envolvendo a centralização financeira (Nota 15).

7. Relações interfinanceiras

Trata-se de recurso do Funcef contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiais.

(a) Composição do saldo por vencimento e nível de risco:

Vencimento	Risco	31/12/2017	Percentual	Provisão 31/12/2017	31/12/2017		31/12/2016
					Valor líquido 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2016	
Longo Prazo	AA	-	0,0%	-	-	-	9.200
	A	69.219	0,5%	346	68.873	34.064	
	B	209	1,0%	2	207	295	
		69.428		348	69.080	43.559	

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 13.298 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 12.695).

8. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

(a) Composição da carteira de crédito por nível de risco:

Risco	31/12/2017	Percentual	Provisão 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2016
AA	-	0%	-	-	8.542
A	40.890	0,5%	204	40.686	29.559
B	2.410	1,0%	24	2.386	4.307
	43.300		228	43.072	42.408

Essas operações geram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 4.103 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 6.120).

Todas as operações de crédito referem-se ao setor de Pessoa Jurídica, com cooperativas filiadas e com prazo de vencimento até um ano.

9. Outros créditos – curto e longo prazo

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

9.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	18	503
Dividendos a receber da Sicoob Corretora de Seguros	-	475
Rendas a Receber Seguro	3	-
Outras Rendas a Receber	15	28
Diversos	1.728	273
Antecipação Salariais	56	38
Adiantamento de Salário	-	1
Adiantamento de Férias	56	37
Adiantamentos Diversos	6	8
Adiantamento para despesas Diversas	2	4
Fundo Fixo	4	4
Impostos e Contribuições a Compensar	164	-
Saldo Negativo de IRPJ – Exercício Anteriores	91	-
Saldo Negativo de CSLL – Exercício Anteriores	73	-
Pagamentos a Ressorcar	1.496	-
Cooperativas Filiadas – Rateio Orçamento Central	1.412	-
Seminários	6	-
Outros	78	-
Devedores Diversos - País	6	227
Plano de Saude a Receber	6	5
Cooperativas Filiadas	-	222
Total	1.746	776

9.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	1.119	999
Pis – Depósito Judicial	159	153
Cofins – Depósito Judicial	783	756
Outros	176	91
Total	1	

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 31 de dezembro de 2017, um montante de R\$ 2.285.438 (31/12/2016 – R\$ 1.567.376).

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 31/12/2017 R\$ 199.510 (31/12/2016 – R\$ 185.738). A despesas correspondentes totalizaram em 31/12/2017 R\$ 189.232 (31/12/2016 – R\$ 167.258).

16. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	31/12/2017	31/12/2016
MAPA	Funcafé	8,75% a.a.	141.441	64.409	205.850	119.376
HSBC	Repasse	2,00% a.a.	-	-	-	9.228
BRASESCO	Repasse	2,00% a.a.	2.117	5.020	7.137	-
Total					212.987	128.604

Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 13.919 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 12.695).

17. Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	2.655	2.366
Provisão para Participações nos Lucros – empregados (b)	246	361
Outras obrigações - Gratificações	111	49
Total	3.012	2.776

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

(b) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 246 até 31/12/2017, a título de participação dos empregados nos resultados.

18. Outras obrigações
18.1 - Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	5
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	81	74
Imposto e contribuições s/ salários	315	309
Outros	2	2
Total	398	390

18.2 - Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	2	-
Despesas de Pessoal	656	698
Água/Energia/Gas	16	14
Aluguéis	2	-
Comunicações	8	7
Processamento de Dados	-	5
Propaganda e Publicidade	473	1.006
Promoções e Relações Públicas	4	-
Transporte	-	2
Manutenção e Conservação de Bens	6	-
Plano de Saúde	5	4
Compensação	27	30
Seguros a Recolher	1	2
Outras Despesas Administrativas	64	78
Provisão pagamento Administração Financeira (a)	12.566	17.323
Fundo Garantidor de Valores (b)	35.159	37.634
Pagamentos e Processar	1	99
Outros	42	50
Total	49.032	56.952

(a) Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.

(b) Refere-se ao Fundo de Garantia e Fomento criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de dezembro de 2014 constituiu um Fundo de Garantia e Fomento com o objetivo de fortalecer as cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES, disponibilizando recursos para: cobertura adicional nos termos do FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito) até o limite de R\$ 100 (cem mil) por CPF/CNPJ; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento; incorporação, fusão ou liquidação judicial ou extrajudicial de cooperativas filiadas. A administração do Fundo cabe ao Sicoob Central ES, que gerencia o recurso captado em seu passivo. A vigência do Fundo será de 6 (seis) anos, podendo por decisão da Assembleia Geral prorrogar esse prazo.

18.3 - Outras obrigações - diversas - provisões para riscos tributários e trabalhistas – Longo Prazo

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões para Contingências	Depósitos judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (a)	158	159	153	153
COFINS (a)	783	783	756	756
Outros (b)	140	176	134	91
Total	1.081	1.118	1.043	1.000

(a) O Sicoob Central ES está questionando judicialmente o alcance das contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes do ato cooperativo no período de novembro de 1999 a dezembro de 2004, instituídas pela Medida Provisória nº 1.858 e reedições, sendo que os valores em discussão estão devidamente provisionados e depositados em juízo. Os valores foram atualizados até dezembro de 2017 pela taxa SELIC.

(b) Provisão referente notificações da Previdência Social processos nº 15.586.000298/2008-57-PLR e nº 15.586.000296/2008-68-Unimed, que estão tramitando no Conselho de Contribuintes, correspondendo, respectivamente, a pagamentos efetuados a título de participação nos resultados e assistência médica da Unimed. E procedimento administrativo nº 18101.000016/2014-53, junto ao SEAE do Ministério da Fazenda.

19. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações inter-financeiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

20. Patrimônio líquido
(a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sicoob Sul-Litorâneo	4.407	15.342
Sicoob Sul	15.325	10.004
Sicoob Leste Capixaba	19.530	19.336
Sicoob Centro-Serrano	10.104	4.363
Sicoob Norte	15.496	15.173
Sicoob Sul-Serrano	16.913	16.745
Sicoob Credirochas	4.886	4.837
Credestiva	881	619
Total	87.542	86.419

(b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social. Na AGO de 2017 realizada em 22/02/2017 foi decido a destinação das sobras do exercício de 2016 para o fundo de reserva no montante de R\$ 4.173.

(c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2017, os cooperados deliberaram pela destina-

ção de R\$ 4.173 para o fundo de reserva das sobras do exercício de 2016. As sobras do exercício de 2017 foram de R\$ 8.437 (31/12/2016 R\$ 5.054)

(d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	8.437	5.054
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(445)	(145)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	7.992	4.909
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(799)	(491)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(400)	(245)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	6.793	4.173

21. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	468	367
Despesas específicas de atos não cooperativos	(45)	(37)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(37)	(31)
Resultado operacional	386	299
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	59	(35)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	445	264
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(88)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	445	176

22. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa provisionou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital das Cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

O pagamento do juros ao capital considerou 10,54% da taxa Selic de 2017, sendo assim incorporado ao capital o valor de R\$ 869.

23. Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de empréstimos	4.104	6.121
Rendas de repasses interfinanceiros	13.298	12.694
Total	17.402	18.815

24. Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São reconhecidas as receitas de rendas dos recursos aplicadas no mercado considerando o regime de competências e taxas contratadas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
CDI - ligadas	132.412	112.596
DI rural - não ligadas	985	1.513
Total	133.397	114.109

25. Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas de aplicações financeiras no país; títulos de renda fixa, predominantemente títulos públicos federais, e títulos de renda variável.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Letras financeiras do tesouro	12.052	7.680
Lft - vinculado a garantia de repasse	19.605	28.226
Outros – Rendas Títulos de Renda Fixa	9.295	11.999
Fundos de aplicação financeira	25.145	23.703
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	16	21
Total	66.113	71.629

26. Operações de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo das Cooperativas filiadas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com captação-r.d.c.	5.075	13.535
Total	5.075	13.535

27. Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao MAPA e Brandesco.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de repasse - funcafé repassado	13.747	12.494
Despesas de repasse - outros	172	201
Total	13.919	12.695

28. Reversão/Provisão para Operações de Créditos

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Crédito rotativo (Reversão Provisão)	-	(120)
Repasses interfinanceiros (Reversão Provisão)	(1.407)	(276)
Operações crédito liquidação duvidosa	36	-
Repasses interfinanceiros	1.859	47
Total	488	(349)

29. Dispendios de Depositos Intercooperativos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Dispendios de Depositos Intercooperativos	189.232	167.258
Total	189.232	167.258

30. Dispendios/Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	2.040	1.719
Despesas de pessoal - benefícios	1.374	1.342
Despesas de pessoal - encargos sociais	1.959	1.887
Despesas de pessoal - proventos	4.567	4.462
Despesas de remuneração de estagiários	211	99
Despesas de pessoal - outros	6	14
Total	10.157	9.523

31. Ourtos Dispendios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gas	200	202
Despesas de alugueis	26	22
Despesas de comunicações	341	256
Despesas de manutenção e conservação de bens	89	92
Despesas de material	72	87
Despesas de processamento de dados	682	567
Despesas de promoções e relações públicas	548	355
Despesas de propaganda e publicidade	3.552	3.394
Despesas de publicações	36	31
Despesas de seguros	14	9
Despesas de serviços do sistema financeiro	371	253
Despesas de serviços de terceiros	325	263
Despesas de serviços de vigilância e segurança	78	69
Despesas de serviços técnicos especializados	480	684
Despesas de transporte	25	29
Despesas de viagem no país	102	156

Outras despesas administrativas	250	272
Despesas de amortização	81	86
Despesas de depreciação	785	786
Total	8.057	7.613

32. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos (a)	7.948	12.890
Rateio de despesas da central (b)	15.373	4.845
Outras rendas operacionais	113	64
Outros	209	160
Total	23.507	17.959

(a) Corresponde a soma dos Dividendos provenientes de participação no Sicoob Confederação, no montante de R\$ 2.010, de participação no Sicoob Corretora, no montante de R\$ 183 e no Bancoob, no montante de R\$ 5.755.

(b) Conforme resolução 001/2016.DIR, o orçamento será custeado por receitas próprias, e quando as mesmas forem insuficientes, o saldo deficitário será debitado das Filiadas.

33. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de desenvolvimento (a)	3.776	4.503
Outras despesas operacionais	338	878
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	7	9
Outras contrib. diversas (b)	-	711
Outros	47	25
Total	4.168	6.126

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Garantia e Fomento criado pelo Sicoob conforme nota 18.

(b) Corresponde a despesa com o fundo de gestão de bens não de uso próprio criado pela Confederação em 30/03/2016.

34. Resultado não operacionais

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucros na alien de vrs e bens - bens de uso	36	36
Rendas de alugueis	22	-
(-)Perdas de capital	(1)	(10)
(-)Despesas de Provisões não Operacionais	-	(814)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(60)
Total	59	(848)

Relatório de Auditoria

Aos Administradores e aos Cooperados da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo

SICOOB CENTRAL ES

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Central ES em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Central ES para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 8 de fevereiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ▶ Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ▶ Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ▶ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis

ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- ▶ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 21 de fevereiro de 2018.



Felipe Rodrigues Beiral
 Contador CRC MG - 90.766/O-4
 CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 21 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória/ES, 21 de fevereiro de 2018.

José Américo Barbosa Barreto Coordenador do Conselho Fiscal	Ely Decothé Junior Secretário do Conselho Fiscal	Francisco Carlos Montovanelli Conselheiro Fiscal - Efetivo
---	--	--